



EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS:
LITERATURA, VISUALIDADE E LUDICIDADE

MÓDULO 1:

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS



**INSTITUTO
FEDERAL**
Santa Catarina
Câmpus
Palhoça Bilíngue



MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

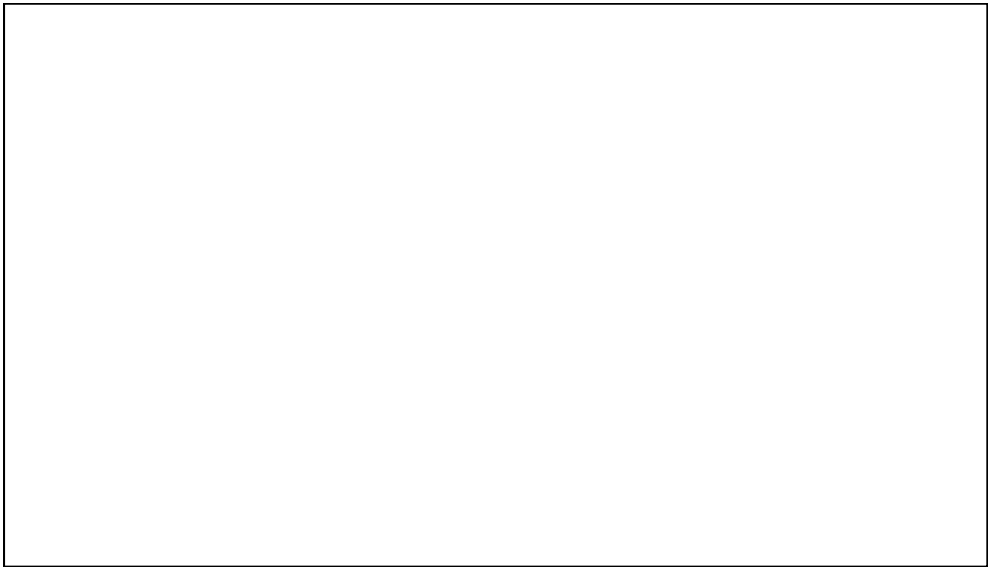


UNião e RECONSTRUÇÃO



EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS: LITERATURA, VISUALIDADE E LUDICIDADE

MÓDULO 1: FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS



Este livro digital foi produzido para o Projeto "Curso Extensão Educação Bilingue de Surdos: literatura, visualidade e ludicidade" executado pelo Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) – Câmpus Palhoça Bilingue, em parceria com a Diretoria de Políticas de Educação Bilingue de Surdos (Dipebs), que está vinculada ao Ministério da Educação (MEC).

O referido Projeto aconteceu por meio de fomento do MEC e teve como objetivo geral a produção de recursos educacionais digitais bilingues (Libras-Português) para a formação de profissionais da educação que atuam em atividades pedagógicas na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental para o atendimento de crianças surdas. Foram produzidos livros digitais bilingues, com conteúdos em português e Libras, além de outros materiais visuais, que estão também disponibilizados em repositório online aberto¹.

Esses recursos foram elaborados para dar suporte teórico e prático aos profissionais que atuam em atividades pedagógicas na Educação de surdos, na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Estima-se que possam ser também reutilizados em diferentes contextos de formação de professores bilingues (Libras-Português). A escolha do tema do curso ofertado deu-se em função das demandas sociais de qualificação de profissionais para a educação de surdos e como contribuição para o alcance da meta "Fomentar pesquisa, formação na área de educação bilingue de surdos" (MEC, 2023) estabelecida pela Dipebs.

O acesso a este material bilingue colabora tanto com a disseminação da Libras aos estudantes ouvintes que aprendem diferentes conteúdos em língua de sinais, como também colabora para a aprendizagem e o letramento em português dos estudantes surdos. No entanto, as línguas não são exclusivas entre surdos e ouvintes. Ao contrário, entendemos que esses dois perfis de alunos se beneficiam mutuamente. Acrescentamos que todo o planejamento do curso foi direcionado para o desenvolvimento de um design instrucional que contemplou ambas as línguas, de modo que tivesse como preceito básico a equidade entre a Libras e o português.

Desejamos a você uma ótima leitura!

¹ Disponível em: <https://moodle.ifsc.edu.br/course/view.php?id=2998>.



Clique aqui para
conteúdo em Libras

SUMÁRIO

1. O que é Educação Bilíngue de surdos?	5
1.1 Eixos estruturantes da Educação Bilíngue de surdos	8
1.1.1 Eixo Político	9
1.1.1.1 Reconhecimento das línguas de sinais	12
1.1.2 Eixo Linguístico	16
1.1.3 Eixo Pedagógico	17
2. Políticas Públicas, Políticas Linguísticas e Políticas Educacionais: por que falar delas?	18
2.1 Políticas públicas	18
2.2 Políticas linguísticas	21
2.2.1 Instrumentos das Políticas Linguísticas	23
2.2.2 Documentação das Línguas de Sinais	24
2.3 Políticas educacionais	27
2.3.1 Políticas educacionais relacionadas à oferta de educação bilíngue (Libras-Português) para estudantes surdos: avanços e retrocessos	28
2.3.1.1 O Plano Nacional de Educação	28
2.3.1.2 Lei nº 14191/2021	29
2.3.1.3 Avanços e retrocessos	32
3. Elementos pedagógicos orientadores da educação bilíngue de surdos	32
3.1 Visualidade	33
3.1.1 Estratégias visuais para o trabalho pedagógico na educação bilíngue	34
3.2 Registro e avaliação	38
3.3 Desenvolvimento linguístico e letramento competências e conhecimentos de leitura	41
Referências	45
Ficha Técnica	48



1. O que é Educação Bilingue de surdos?

Neste primeiro momento, você vai aprender um pouco mais sobre o conceito de Educação Bilingue de Surdos. Para isso, vamos retomar brevemente alguns momentos históricos desde a emergência do status linguístico da língua de sinais, as lutas das comunidades surdas pela educação na perspectiva bilingue até a instituição da educação bilingue como uma das modalidades educacionais na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), através da Lei n.14.191, de 3 de agosto de 2021 (Brasil, 2021).

Inicialmente, é importante registrar que a Educação Bilingue de Surdos trata de uma modalidade educacional que visa a escolarização das pessoas surdas a partir da aquisição da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua e da aprendizagem do português escrito na condição de segunda língua.

Conforme previsto na LDB (Brasil, 1996),

Art. 60-A. Entende-se por educação bilingue de surdos, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida em Língua Brasileira de Sinais (Libras), como primeira língua, e em português escrito, como segunda língua, em escolas bilingues de surdos, classes bilingues de surdos, escolas comuns ou em polos de educação bilingue de surdos, para educandos surdos, surdocegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas, optantes pela modalidade de educação bilingue de surdos.

Na perspectiva da educação bilingue, a Língua de sinais é a língua de comunicação, interação, instrução e ensino, e o português escrito é a língua presente nos recursos instrucionais e a língua alvo desse ensino (Brasil, 2022). Vejamos no quadro a seguir o que cada um desses pontos significam.

Quadro 1 - Explicação sobre língua de instrução, de ensino, de comunicação e de interação

IMPORTANTE!

Língua de instrução: é a língua apresentada para os estudantes no material instrucional, em formato impresso ou digital, em videolibras, escrita de sinais ou em português escrito.

Língua de ensino: é a língua com a qual o professor ensina, escolariza, transmite o conhecimento linguístico e de mundo aos estudantes.

Língua de comunicação: é a língua com a qual, no ambiente escolar, o estudante, o professor e os demais profissionais da comunidade escolar transmitem uma mensagem e eventualmente recebem uma resposta. Relaciona-se à linguagem como instrumento, como código capaz de transmitir uma mensagem ao receptor.

Língua de interação: é a língua com a qual o estudante estabelece contato com os outros, interage, dialoga, se expressa, é a língua constituidora da relação social entre os sujeitos que convivem entre si.

Fonte: INEP. Glossário da Educação Especial - Censo Escolar 2022 (Brasil, 2022).

Para Machado (2023, p.71) o conceito de educação bilíngue de surdos estabelece inter-relações entre educação, linguagem, cultura e surdez, de modo que posições embasadas "somente na perspectiva de uma dessas áreas não dariam conta de explicar e interpretar as tensões, conflitos, rupturas e descontinuidade existentes, historicamente na educação de surdos". Para o autor, ainda que conceitualmente impreciso, o termo educação bilíngue de surdos indica mais que "o domínio, em algum nível, de duas línguas; mobiliza, portanto, outros olhares sobre a diferença cultural surda nas questões curriculares relacionadas a esses sujeitos".



Socialize!

Conforme acabamos de ver, na perspectiva de Machado (2023, p.71) o conceito de educação bilíngue de surdos estabelece inter-relações entre educação, linguagem, cultura e surdez, de modo que posições embasadas "somente na perspectiva de uma dessas áreas não dariam conta de explicar e interpretar as tensões, conflitos, rupturas e descontinuidade existentes, historicamente na educação de surdos".

Quais são os principais desafios que você observa ou vivencia no cotidiano para a implementação da educação bilíngue de surdos? O que, na sua opinião, ainda precisa ser feito para melhorar?

Nesse sentido, a educação bilíngue de surdos aciona outros parâmetros conceituais, teóricos e metodológicos para além daqueles processos de educação bilíngue relacionados às línguas orais auditivas.

Você já parou para observar que nas escolas bilíngues de língua oral, como as escolas internacionais (português-ínglês, por exemplo), a segunda língua geralmente é a língua de interlocução e instrução, já que os alunos podem ter sido expostos à língua primária em seu ambiente familiar?

Por outro lado, nas escolas bilíngues de surdos, a língua de sinais muitas vezes é a primeira língua dos alunos surdos, e a língua falada é introduzida como segunda língua. Isso acontece porque os estudantes surdos, em sua maioria, dependem do ambiente escolar para o acesso à sua primeira língua (língua de sinais). Assim, a escola desempenha um papel crucial não apenas no ensino da segunda língua, a língua oficial na modalidade escrita, mas também na aquisição e no desenvolvimento da língua de sinais como primeira língua.

Essa diferença destaca a importância de reconhecer as necessidades específicas dos estudantes surdos e garantir que eles tenham acesso a ambientes educacionais que valorizem e promovam o desenvolvimento de sua língua de sinais, bem como a aprendizagem da língua escrita.

Se procurássemos fazer um breve exercício de retomada histórica sobre a emergência da educação bilíngue, certamente precisaríamos lembrar de alguns pontos, tais como o fortalecimento dos movimentos das pessoas surdas sinalizantes; a articulação com os intelectuais ouvintes e a entrada da língua de sinais nas universidades; a língua como a marca política e identitária dos movimentos surdos sinalizantes e, mais recentemente, das metodologias, princípios e estratégias pedagógicas relacionadas à implementação da modalidade bilíngue nas escolas (Bär, 2019).



LEMBRETE

Todo o conteúdo deste módulo está disponível em Libras.



Clique aqui para
conteúdo em Libras

1.1 Eixos estruturantes da Educação Bilíngue de surdos

Bär (2019) propõe que a Educação Bilíngue de surdos seja fundamentada em três eixos estruturantes:

- Eixo Político;
- Eixo Linguístico;
- Eixo Pedagógico.

A autora destaca que esses eixos não devem ser vistos de forma isolada, pois cada um interage e influencia os outros, resultando em uma abordagem mais abrangente. A organização em eixos contribui significativamente para uma compreensão mais abrangente desse campo de estudo.

Quadro 2 - Eixos estruturantes da Educação Bilíngue

Eixo Político

Refere-se, principalmente, às lutas dos movimentos surdos ao longo da história.

Eixo Linguístico

Refere-se ao reconhecimento da língua de sinais; inserção da Libras nos currículos e nos ambientes acadêmicos.

Eixo Pedagógico

Referem-se aos processos didático-pedagógicos implicados na educação bilíngue nos diferentes níveis, modalidades e etapas educacionais.

Vamos explorar um pouco mais cada um deles?

1.1.1 Eixo Político

O Eixo Político da Educação Bilingue de surdos refere-se, principalmente, às lutas dos movimentos surdos ao longo da história.

Inicialmente, os movimentos surdos estavam vinculados ao movimento das pessoas com deficiência. Esses movimentos no Brasil são ressonância também dos movimentos internacionais, que culminaram com a **Declaração dos Direitos das Pessoas com Deficiência** (1975) e com a **Declaração de Salamanca** (1994).



Saiba mais:

"Nada sobre nós sem nós"

A origem dos movimentos de pessoas com deficiência está fortemente ligada a ações em nível internacional. Um marco importante foi a instituição do Ano Internacional das Pessoas Deficientes (AIPD) pela Organização das Nações Unidas (ONU), comemorado em 1981, com o lema "Participação plena em igualdade de condições". Anunciado em 1979, esse evento mobilizou diversas organizações ao redor do mundo, que realizaram ações e projetos para angariar capital simbólico e recursos financeiros para a causa. Essas iniciativas inseriram o movimento das pessoas com deficiência no contexto dos movimentos sociais e políticos a partir de 1980, impulsionando especialmente políticas educacionais para a área.

A preparação para o Ano Internacional das Pessoas Deficientes (1981) foi um passo importante para os grupos de pessoas com deficiência, que lutavam para se tornarem protagonistas de suas próprias pautas. O lema "Nada sobre nós sem nós" emergiu como um desafio cultural à lógica do sistema simbólico socialmente dominante, que estava profundamente enraizado nos padrões do modelo assistencialista e/ou médico da deficiência.

Nesse contexto, podemos afirmar que houve uma abertura político-discursiva para os chamados novos movimentos sociais a partir de finais da década de 1960 na Europa e, no Brasil, a partir do enfraquecimento da ditadura civil-militar, a partir da década de 1980.

Conforme Bär (2019), nesse primeiro momento, a questão da surdez e dos surdos estava menos vinculada à língua e à identidade que à questão da cidadania e da acessibilidade e, nesse caso, os grupos surdos organizavam-se em conjunto com o movimento dos direitos das pessoas com deficiência.

A partir de meados dos anos 1980, a luta pela língua de sinais, a escolarização e a cidadania tomam maior força e produzem uma espécie de separação simbólica entre os movimentos surdos sinalizantes, surdos não sinalizantes e o movimento das pessoas com deficiência.

Nesse contexto, a criação da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (**FENEIS**) em 1987, fruto da reconfiguração da Federação Nacional de Educação e Integração dos Deficientes Auditivos (FENEIDA), fundada em 1977, tornou-se um marco na mobilização e luta pelos direitos sociais e linguísticos dos surdos.

A história da FENEIS reflete a luta contra a colonização dos surdos, expressão que define a intenção de marcá-los como incapazes ou incompletos. Inicialmente, sob a denominação de FENEIDA, a direção e a organização política da instituição estavam exclusivamente a cargo de ouvintes. No entanto, a partir de 1983, começaram os embates internos que possibilitaram aos surdos exercerem as tomadas de decisão sobre os rumos da entidade, marcando um importante avanço na autonomia e protagonismo da comunidade surda.

Nos primeiros anos de organização, a FENEIS destacava que seus objetivos mais amplos, de promover melhores condições para a educação, profissionalização, saúde e integração social dos surdos, eram bastante semelhantes aos defendidos pelas organizações nacionais de outras áreas de deficiência. No entanto, a Federação foi gradualmente inserindo a língua de sinais utilizada pelos surdos como um elemento singular a ser destacado em sua pauta de reivindicações (Brito, 2013).


Como apoio à organização dos movimentos surdos nessa época, é relevante destacar a arregimentação de intelectuais ouvintes aliados às suas lutas, que, em grande medida, passaram a integrar esses movimentos. As interações desses intelectuais com os militantes surdos foram fundamentais para a construção do discurso sobre o estatuto linguístico da Libras e sobre os surdos como uma minoria linguística e cultural. Esse discurso, com o tempo, tornou-se hegemônico entre os membros do movimento social; além disso, contribuiu para a afirmação política e conceitual da comunidade surda e a difusão de suas ações para níveis institucionais, especialmente nas universidades públicas.

Assim, a defesa da comunicação em língua de sinais em diferentes espaços sociais foi ganhando destaque e se tornando a principal bandeira de luta dos movimentos surdos.



Saiba mais:

Para aprender um pouco mais sobre o movimento surdo e a sua relação com os avanços na educação de surdos, você pode ler os artigos abaixo.

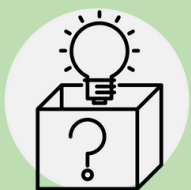
 Em defesa da escola bilíngue para surdos: a história de lutas do movimento surdo brasileiro

 Políticas de educação bilíngue para surdos: o contexto brasileiro

1.1.1.1 Reconhecimento das línguas de sinais

No que se refere às línguas de sinais, os estudos de William Stokoe, ao longo da década de 1960, foram cruciais para que houvesse o reconhecimento do status linguístico das línguas de sinais. A partir dos estudos desse pesquisador, em meados de 1985 linguistas brasileiros passaram a se dedicar a pesquisas em torno das línguas de sinais no Brasil. Destacam-se aqui os estudos da linguista Lucinda Ferreira-Brito (Ferreira-Brito, 1993; Ferreira-Brito, 1995; Ferreira-Brito, 2012), que contribuíram para o fortalecimento dos movimentos sociais surdos na defesa pelo reconhecimento da Libras.

Dessa maneira, entre os anos de 1990 a 2000, o principal ponto de pauta dos movimentos surdos sinalizantes foi o reconhecimento da língua de sinais como uma língua legítima, dentro das regras da linguística.



VOCÊ SABIA?

Você sabia?

William Stokoe (1919 - 2000) é considerado o pai da linguística da American Sign Language - ASL (Língua de Sinais Americana). Ele trabalhou na Universidade Gallaudet, nos Estados Unidos, e lutou para preservar a língua gestual na comunidade surda. Em suas pesquisas, elevou o status linguístico das línguas de sinais a partir da análise de seus elementos constituintes, assumindo o pressuposto de que existem princípios gerais comuns a todas as línguas.

Conheça um pouco da história de Stokoe e a sua contribuição para o reconhecimento do status linguístico das línguas de sinais.



Assista o vídeo aqui



Saiba mais:

Diferentemente das línguas orais, as línguas de sinais necessitaram, ao longo da história, de recursos jurídicos para o seu reconhecimento. As línguas orais, por sua vez, mesmo que ágrafas, são reconhecidas e catalogadas pela linguística. Assim, é incorreto afirmar que a Libras é a segunda língua oficial do Brasil. A Lei de Libras cumpre o papel de reconhecê-la como língua. Apesar de o Brasil ser um país plurilíngue, formado por diferentes povos, línguas e culturas, a língua portuguesa é o idioma oficial do território, conforme estabelecido na Constituição Federal.

A **Lei 10.436 de 2002 - Lei de Libras** (Brasil, 2002), reconhece juridicamente o estatuto linguístico da Língua Brasileira de Sinais.

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.
Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

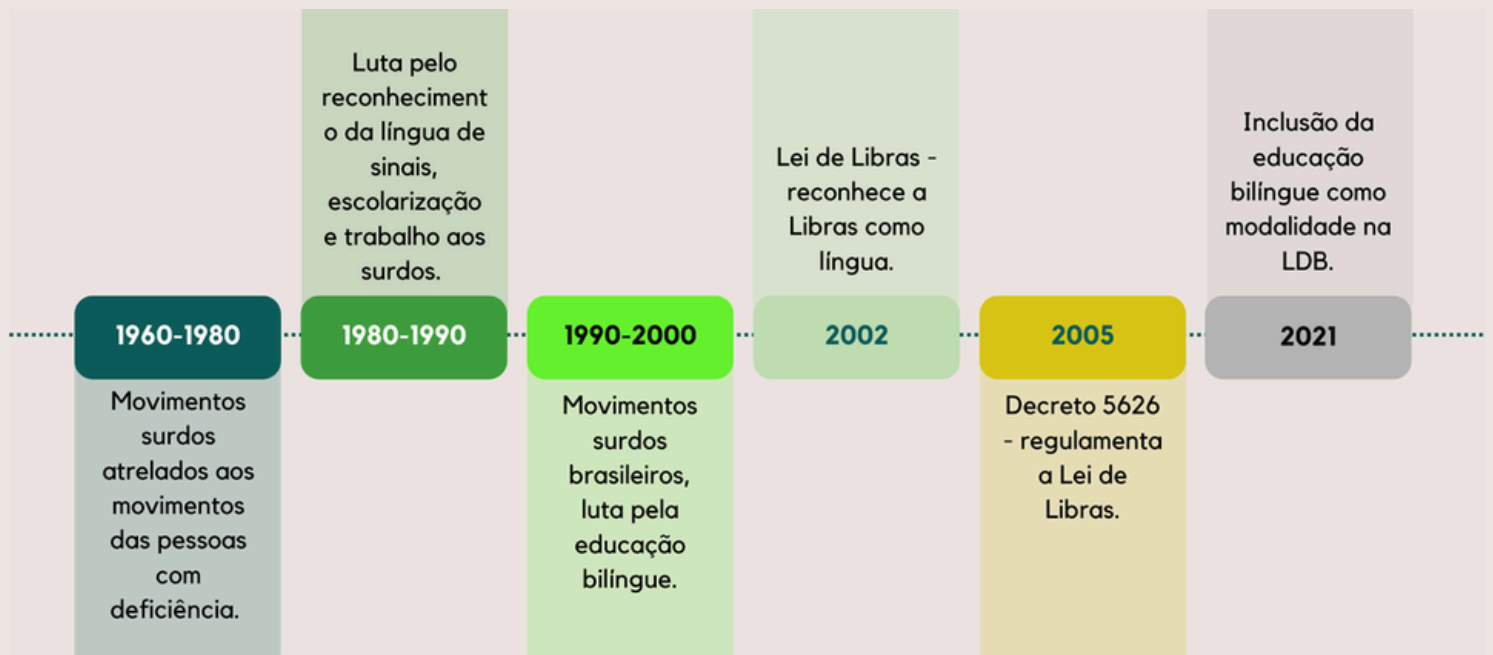
Em 2005 foi publicado o **Decreto Federal nº 5.626** (Brasil, 2005), que regulamenta a Lei de Libras, e propõe, dentre outras medidas, que:

Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério.

§ 2º A Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

Figura 1 - Linha do tempo da Educação Bilingue



No que se refere ao Eixo Político da Educação Bilingue, podemos dizer que o rompimento discursivo – e não formal – com o movimento das pessoas com deficiência[1] e à vinculação ao discurso étnico-linguístico[2], que defende a particularidade cultural dos surdos atrelada à particularidade linguística (Bär, 2019) passou a ser o norteador teórico-político da área.

Ainda, atualmente, as principais políticas públicas destinadas às pessoas surdas estão atreladas às políticas para pessoas com deficiência, a exemplo do **Estatuto da Pessoa com Deficiência** (Brasil, 2015), a **Lei 8213/1991** (Brasil, 1991), que estabelece medidas para a inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho e para o amparo previdenciário e social, além da **Lei 8742/1993** (Brasil, 1993), que trata, dentre outras medidas, do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) para idosos e pessoas com deficiência em vulnerabilidade social.

No âmbito das políticas educacionais, de modo geral, os recursos materiais e financeiros destinados às práticas de educação bilíngue são vinculadas, em sua maior parte, à Educação Especial, mesmo após a criação da modalidade de Educação Bilíngue de surdos. Podemos citar, como exemplo, o **Decreto 7611/2011** (Brasil, 2011) que dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado, para o público alvo da educação especial.



Nota de rodapé:

[1] Dizemos rompimento discursivo e não formal posto que foi justamente a abertura jurídica e financeira proporcionada pelos movimentos das pessoas com deficiência que viabilizou condições financeiras para a busca de legitimidade jurídica da área.

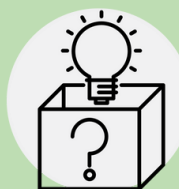
[2] Conforme Assis-Silva (2012), a particularidade étnico-linguística da surdez refere-se à visão de que a comunidade surda possui uma identidade cultural e linguística única, destacando a importância da língua de sinais e da cultura surda. Isso envolve reconhecer a língua de sinais como uma língua própria e valorizar a cultura surda, incluindo suas tradições, história e identidade compartilhada. Esse reconhecimento é resultado de um processo que envolveu uma articulação entre diversos atores, como religiosos, representantes do movimento social, acadêmicos e profissionais do mercado, durante o período de tramitação da lei que reconhece a Libras e no movimento que a precedeu e sucedeu. Esses atores contribuíram para representar diferentes posições sociais e promover a inclusão e valorização da comunidade surda.

1.1.2 Eixo Linguístico

O reconhecimento da língua de sinais é o grande marco da área. A partir da Lei de Libras e do Decreto nº 5626/2005, que citamos anteriormente, a língua adentrou ambientes acadêmicos e de pesquisa. A Libras passou a fazer parte dos currículos dos cursos de licenciatura, educação especial e fonoaudiologia e houve espaço para debates em torno da inserção dessa língua como parte dos currículos das escolas de educação básica. Da mesma maneira, houve um fortalecimento das pesquisas e processos de mapeamento da língua e da elaboração de glossários e dicionários.

Na área acadêmica foram criados, a partir do decreto 5.626/2005 (Brasil, 2005), os cursos de Letras-Libras e cursos técnicos e bacharelados na área de Tradução e Interpretação (Libras-Português), além de linhas de mestrado e doutorado e departamentos acadêmicos relacionados à Libras. Mais recentemente, a partir de 2015, foram criados cursos de Pedagogia Bilingue.

Apesar dos esforços no campo da linguística, a Libras ainda é considerada uma língua minoritária. Isso significa que ela enfrenta desafios específicos em termos de reconhecimento oficial, políticas de promoção e preservação, e acesso igualitário a recursos e serviços linguísticos. Embora tenha sido reconhecida como uma língua legítima e um direito linguístico das comunidades surdas, a implementação eficaz de políticas linguísticas que garantam a valorização e o fortalecimento da Libras ainda é um trabalho em andamento. Mais adiante aprofundaremos a discussão acerca das Políticas Linguísticas.



Você sabia?

Além da Libras, há outras línguas de sinais no Brasil. Atualmente, tais línguas estão sendo documentadas para garantir a sua preservação e o seu reconhecimento linguístico, como é o caso da língua de sinais "Cena", do interior do Piauí.

O vídeo abaixo mostra um pouco do trabalho que está sendo realizado por pesquisadores brasileiros e estrangeiros.



[Assista o vídeo aqui](#)

1.1.3 Eixo Pedagógico

Apesar da significativa disseminação da Língua Brasileira de Sinais (Libras) nos círculos acadêmicos, sua presença ainda é mais marcante nos departamentos relacionados à linguística aplicada do que nas áreas dedicadas à formação de professores. Como resultado, a preparação de docentes para o ensino básico de pessoas surdas está predominantemente ligada à atuação linguística, representada pelos professores de Libras, enquanto a presença de professores bilíngues, capacitados para o uso de Libras em diversas disciplinas, é menos comum (Bär, Sígolo-Rodrigues e Souza, 2018).

É importante também ressaltar a presença de estudantes surdos em diferentes modalidades e níveis de ensino. Geralmente, esses alunos recebem suporte de profissionais da área de tradução e interpretação ou da educação especial, nem sempre dotados da fluência ou dos conhecimentos pedagógicos necessários. Em geral, a interação linguística limita-se à relação entre os estudantes surdos e esses profissionais, deixando-os à margem de processos mais abrangentes de comunicação linguística e pedagógica com outros usuários da língua de sinais.

Tal cenário remete à necessidade de fortalecimento do Eixo Pedagógico da Educação Bilíngue e, nesse contexto, vamos detalhar um pouco mais sobre essa questão ao longo deste material.

2. Políticas Públicas, Políticas Linguísticas e Políticas Educacionais: por que falar delas?

É por meio das políticas públicas que o Estado desenvolve a sua atuação. Essas políticas envolvem uma série de etapas, um conjunto de decisões, projetos, metas para resolver os problemas públicos (aqueles problemas que afetam o coletivo) em áreas específicas (como saúde, educação) e garantir o melhor para o interesse público.

Neste material, vamos tratar mais especificamente das políticas públicas linguísticas e das políticas públicas educacionais. Isso porque, nosso foco é entender as políticas públicas que contribuem para ampliar as oportunidades e melhorar as condições linguística e educacional da comunidade surda.



2.1 Políticas públicas

Você já deve ter ouvido falar sobre Política Pública em diversos âmbitos, desde a televisão, internet, jornais ou textos acadêmicos, não é verdade?

Mas, o que queremos dizer por Política Pública?

De modo mais simples, podemos dizer que uma Política Pública é um conjunto de regras, normas e acordos sociais voltados para resolver um problema social ou um problema público do Estado. Nesse sentido, as políticas públicas possuem caráter mais universal que individual. Em outras palavras, uma política é pública quando há um consenso no interior do Estado acerca do problema a ser sanado e, para isso, envolve todos os poderes da União:

- ao poder Executivo caberia mapear, propor e zelar pela execução das políticas públicas.
- ao poder Judiciário e ao Ministério Público cabe assegurar o cumprimento das políticas públicas visando o fim para o qual foram criadas.
- ao poder Legislativo, como representantes das demandas da população, caberia a busca e proposição de políticas públicas que atendessem às demandas sociais.

Em resumo:

Uma política pública é um curso de ação adotado por governos ou autoridades públicas para lidar com problemas sociais, econômicos, políticos ou ambientais. Elas são projetadas para alcançar objetivos específicos e podem envolver a alocação de recursos, a implementação de programas e a criação de leis e regulamentos. As políticas públicas são fundamentais para moldar a sociedade e têm como objetivo melhorar o bem-estar geral dos cidadãos.

Além disso, uma Política Pública ao ser criada afeta todo o sistema social e ordenamento jurídico e financeiro. Elas são de diferentes tipos, vejamos:

Quadro 3 - Tipos de Política Pública

Política Distributiva

Busca distribuir benefícios para grupos específicos da sociedade, como subsídios agrícolas e programas de assistência social, como o Bolsa Família.

Política Redistributiva

Tem como objetivo redistribuir recursos ou oportunidades para reduzir desigualdades socioeconômicas, como impostos progressivos ou programas de cotas.

Política Regulatória

Envolve a criação de regras e regulamentos para controlar o comportamento de empresas ou indivíduos, como leis ambientais ou normas de segurança alimentar.

Política Constitutiva

Tem como propósito definir as responsabilidades das diferentes esferas de poder, além de normas e procedimentos para a implementação das políticas. Por exemplo, podemos citar o sistema político eleitoral, a segurança pública, o sistema de saúde e a divisão das responsabilidades sobre a educação pela união, estados e municípios.


Desse modo, percebemos que é essencial que a população mantenha uma constante atenção sobre as definições e propósitos das políticas públicas, não se restringindo apenas aos períodos eleitorais. Quanto mais transparentes e embasados forem os processos envolvidos nessas políticas, maiores serão as chances de alcançar resultados benéficos para toda a sociedade. Dado que os recursos financeiros do país são finitos, as políticas públicas desempenham um papel crucial ao determinar a alocação desses recursos.



Saiba mais:

Para ampliar a compreensão sobre as políticas públicas, assista ao vídeo **O que são políticas públicas?**, no qual o professor Diego Sanches, da Universidade Federal do ABC, explica sobre esse conceito.



 [Assista o vídeo aqui](#)



LEMBRETE

Todo o conteúdo deste módulo está disponível em Libras.



[Clique aqui para conteúdo em Libras](#)

2.2 Políticas linguísticas

Quanto tratamos de políticas públicas linguísticas estamos nos referindo a decisões e ações do poder público (governos, instituições educacionais e outros órgãos públicos) para regular, promover ou preservar o uso de uma ou várias línguas em determinado contexto social. Essas políticas visam moldar a dinâmica linguística de uma sociedade e refletir valores culturais, identidades nacionais e preocupações socioeconômicas.

Vamos tratar mais especificamente de alguns dos objetivos das Políticas Linguísticas:

Preservação Cultural

As línguas são veículos essenciais da cultura. Portanto, as políticas linguísticas podem visar a proteção e promoção das línguas minoritárias ou regionais, reconhecendo sua importância para a identidade cultural de determinados grupos étnicos ou comunidades. Nesse contexto, além da Libras, podemos citar também todo o trabalho de mapeamento e preservação das línguas indígenas e dialetos de comunidades de imigrantes.



Você sabia?

Com o objetivo de promover a documentação, o reconhecimento e a valorização das línguas brasileiras, foi instituído o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL) a partir do Decreto nº 7387, de 09 de dezembro de 2010.

Ao ser incluída no Inventário Nacional da Diversidade Linguística, a língua receberá o título de "Referência Cultural Brasileira".

A Língua Brasileira de Sinais está em processo de reconhecimento para receber o título de "Referência Cultural Brasileira" com base no Inventário Nacional de Libras, um trabalho que vem sendo feito pelo Instituto de Políticas Linguísticas (IPOL) e por pesquisadores da Universidade Federal de Santa Catarina e do Instituto Federal de Santa Catarina - Câmpus Palhoça Bilingue.

VOCÊ SABIA?

O projeto foi realizado entre os anos de 2014 e 2018 e financiado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), do Ministério da Cultura. Dentre as ações realizadas, destacam-se os registros dos surdos de referência de diferentes regiões do Brasil e o mapeamento da Libras em nosso país.

Alguns resultados e materiais do Inventário Nacional de Libras podem ser acessados abaixo:



[Materiais do Inventário Nacional de Libras](#)

Inclusão e Equidade

Políticas linguísticas inclusivas buscam garantir que todas as comunidades tenham acesso aos recursos educacionais, administrativos e de mídia em sua língua materna. Isso é crucial para garantir que grupos minoritários ou marginalizados não sejam excluídos de oportunidades sociais e econômicas devido a barreiras linguísticas.

Desenvolvimento Socioeconômico

O domínio de determinadas línguas pode ser essencial para o sucesso econômico em um mundo globalizado. Portanto, as políticas linguísticas podem enfatizar o ensino de línguas estrangeiras para melhorar a circulação internacional dos cidadãos.

Promoção da Coesão Social

Em sociedades multilíngues ou plurilíngues, as políticas linguísticas podem desempenhar um papel na promoção da coesão social e na prevenção de conflitos, garantindo o respeito mútuo pelas diversas línguas e culturas presentes.



2.2.1 Instrumentos das Políticas Linguísticas

As políticas linguísticas são uma parte essencial do funcionamento de sociedades multilíngues e desempenham um papel crucial na promoção da diversidade linguística, inclusão social e preservação cultural. Ao entender e implementar políticas linguísticas eficazes, podemos construir sociedades mais justas, equitativas e culturalmente ricas.

Alguns dos instrumentos das políticas linguísticas são:

- **Legislação Linguística:** Leis e regulamentos podem ser promulgados para proteger e promover o uso de determinadas línguas, estabelecendo seu status oficial, garantindo direitos linguísticos e regulando questões como o ensino de idiomas nas escolas.
- **Educação Bilingue/Multilíngue:** Políticas educacionais podem promover a educação bilíngue ou multilíngue, oferecendo currículos escolares que incluam o ensino de mais de uma língua desde a infância, para promover o domínio de várias línguas.
- **Promoção da Língua:** Campanhas de conscientização e programas de promoção podem ser desenvolvidos para incentivar o uso e o prestígio de determinadas línguas, especialmente aquelas em risco de extinção.
- **Tradução e Interpretação:** Investimentos em serviços de tradução e interpretação podem ser implementados para garantir o acesso a serviços públicos, informações e recursos em diferentes línguas.

Além da Lei de Libras e do Decreto 5626/2005 há outras importantes legislações e normativas nacionais relacionadas às políticas linguísticas para a Língua de Sinais, dentre elas, é importante citar a **Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) ou Estatuto da Pessoa com Deficiência**, que traz importantes disposições relacionadas aos surdos e à Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Vejamos os principais pontos dessa legislação:

1. Reconhecimento da Libras como língua oficial: A lei reconhece a Libras como meio legal de comunicação e expressão das comunidades surdas no Brasil, equiparando-a ao português em termos de validade e legitimidade linguística.

2. **Direito à educação bilíngue:** Expressa o direito das pessoas surdas à educação bilíngue, com o ensino de Libras como primeira língua e o português como segunda língua, em todos os níveis de ensino. Isso inclui a formação de professores capacitados para lecionar em Libras e a disponibilização de recursos pedagógicos adequados.

3. **Acessibilidade linguística:** Prevê a garantia de acessibilidade linguística em todos os serviços e órgãos públicos, bem como em meios de comunicação, eventos culturais e atividades educacionais. Isso inclui a disponibilização de intérpretes de Libras e a produção de material didático em formato acessível para as pessoas surdas.

4. **Inclusão social e acessibilidade urbana:** Estabelece medidas para promover a inclusão social e a acessibilidade urbana das pessoas surdas, garantindo-lhes o pleno acesso aos espaços públicos, transporte, trabalho e serviços em geral.

5. **Respeito à identidade cultural surda:** Reconhece a identidade cultural das pessoas surdas e valoriza a sua diversidade linguística e cultural, promovendo ações afirmativas que visam combater a discriminação e o preconceito.

2.2.2 Documentação das Línguas de Sinais

A documentação de uma língua é essencial para preservar sua história, estrutura e cultura, permitindo estudos linguísticos detalhados, o desenvolvimento de recursos educacionais e a promoção da inclusão e acessibilidade para os falantes. Além disso, fortalece a identidade cultural associada à língua, contribuindo para o reconhecimento e respeito à diversidade linguística; é essencial também para a preservação de línguas com risco de extinção.

No caso das línguas de sinais, a documentação é um processo de grande relevância para seu reconhecimento e preservação. Existem diferentes tipos de documentação que podem ser realizados para as línguas de sinais, incluindo:

- **Dicionários de Língua de Sinais:** Estes são recursos valiosos que apresentam o vocabulário e as expressões da língua de sinais, muitas vezes acompanhados de ilustrações ou vídeos para facilitar a compreensão.

- **Corpora Linguísticos:** São grandes coleções de textos ou gravações em língua de sinais, que são analisados para entender padrões linguísticos, variação regional e outros aspectos da língua.
- **Gramáticas e Descrições Linguísticas:** Estudos que descrevem a estrutura gramatical e as características linguísticas das línguas de sinais, incluindo sua fonologia, morfologia, sintaxe, e assim por diante.
- **Registros Históricos:** Documentação de línguas de sinais ao longo do tempo, incluindo registros de mudanças na língua e na comunidade surda.
- **Material Didático e Pedagógico:** Desenvolvimento de materiais de ensino e aprendizagem para línguas de sinais, incluindo manuais, vídeos educacionais e recursos on-line.

Esses tipos de documentação são essenciais para promover o reconhecimento das línguas de sinais como línguas legítimas e para apoiar o desenvolvimento de políticas e programas que promovam a inclusão e o acesso à informação para a comunidade surda.



Saiba mais:

Atualmente, temos um espaço que concentra os tipos de documentação listados acima. Trata-se do Portal de Libras, uma interface com materiais e ferramentas relacionados à Língua Brasileira de Sinais. A proposta foi criada por pesquisadores da Universidade Federal de Santa Catarina e do Instituto Federal de Santa Catarina - Câmpus Palhoça Bilíngue, além de contar com colaboradores de diferentes regiões e instituições do Brasil.

Para conhecer, acesse os botões abaixo:



Portal Libras



Artigo sobre o Portal Libras

É relevante destacar que, dentre os desafios relacionados ao processo de documentação da Libras está o fato de não possuir um sistema de escrita padronizado e difundido, embora existam distintas pesquisas em andamento, como é o caso do *Signwriting* e do ELiS.

No caso específico da documentação das línguas de sinais, a tecnologia propiciou a documentação no formato de vídeo viabilizando o seu registro. No entanto, há uma grande complexidade envolvida no registro de textos em línguas de sinais, uma vez que essas línguas são produzidas pelo corpo (mãos, face, tronco corporal) de forma tridimensional. Isso requer o registro em vídeos considerando diferentes ângulos da sinalização. A tecnologia tem avançado muito e as câmeras 3D já começaram a ser comercializadas, mas, de modo geral, os registros têm sido feitos com várias câmeras combinadas para registrar diferentes perspectivas do corpo, a fim de captar a tridimensionalidade intrínseca dessas línguas (Quadros et al., 2020, p.5447).

Quadros et al. (2020, p.5448) indicam princípios éticos que precisam ser observados nos processos de documentação de línguas de sinais. Vejamos a seguir alguns deles:

Quadro 4 - Princípios éticos no processo de documentação de línguas de sinais

O respeito pelos valores linguísticos, culturais, sociais, morais, religiosos, assim como costumes das comunidades surdas envolvidas.

A garantia de benefícios às comunidades surdas envolvidas na documentação que se estende para além do período da realização da coleta de dados.

A consideração à diversidade envolvida nas comunidades surdas precisa ser levada em conta na consolidação da documentação das línguas.

O fato de que pesquisa com surdos precisa ser feita por surdos, mesmo que os ouvintes estejam envolvidos.

2.3 Políticas educacionais

As políticas públicas educacionais referem-se às estratégias e medidas adotadas pelos governos para melhorar a qualidade e o acesso à educação. Dizem respeito a iniciativas governamentais que visam concretizar os direitos constitucionais, incluindo o acesso universal à educação.

Elas englobam medidas para proporcionar educação acessível, avaliar e aprimorar sua qualidade nacionalmente. Isso pode incluir investimentos em infraestrutura escolar, desenvolvimento profissional de professores, implementação de currículos educacionais, programas de bolsas de estudo e subsídios para famílias de baixa renda.

O objetivo é garantir que todos os cidadãos tenham oportunidades iguais de acesso à educação e que o sistema educacional promova o desenvolvimento pessoal e profissional dos alunos. Como exemplo podemos citar as políticas de educação inclusiva, programas de educação à distância e iniciativas para reduzir a evasão escolar.

A responsabilidade pela implementação da política pública de educação recai sobre diversos atores, incluindo o Ministério da Educação (MEC), as secretarias estaduais e municipais de educação. Essas entidades desempenham um papel fundamental na execução e supervisão das iniciativas educacionais em nível nacional, estadual e local, garantindo a oferta de qualidade dos serviços educacionais em todo o país.

Em sintonia com os preceitos da Constituição Federal, o principal instrumento de regulação da educação no país é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em 1996, que rege todo o sistema educacional brasileiro.

A LDB estabelece os princípios e normas que orientam a organização e o funcionamento da educação no Brasil, abrangendo desde a educação básica até a educação superior. Além de definir os objetivos e diretrizes gerais da educação nacional, a LDB também trata de temas como currículo escolar, financiamento da educação, formação de professores e avaliação educacional. Dessa forma, a LDB desempenha um papel central na garantia dos direitos educacionais dos cidadãos e na promoção da qualidade e equidade no sistema educacional brasileiro.

2.3.1 Políticas educacionais relacionadas à oferta de educação bilíngue (Libras-Português) para estudantes surdos: avanços e retrocessos

Importante perceber que no âmbito da educação bilíngue há um entrelaçamento entre as políticas linguísticas e educacionais, isso porque, grande parte das políticas linguísticas da área implicam em ações no âmbito educacional e vice-versa, a exemplo da Lei de Libras e do Decreto nº 5.626, que estudamos anteriormente.

Nesta parte do estudo, vamos dialogar acerca da inserção da educação bilíngue nas principais políticas educacionais do país.



2.3.1.1 O Plano Nacional de Educação

O **Plano Nacional de Educação** (2014-2024) estabelece metas e estratégias para a melhoria da qualidade da educação no Brasil, incluindo a promoção da educação inclusiva e o fortalecimento da educação bilíngue para surdos. Dentre as metas que tratam da Libras e da educação bilíngue de surdo, merece destaque a Meta 4.7.

4.7 Garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos (às) alunos (as) surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto no 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos arts. 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdocegos;

A inclusão da educação bilíngue no Plano Nacional de Educação fortaleceu as reivindicações da comunidade surda para a criação de uma modalidade específica de ensino. Esse avanço se materializou com a aprovação da **Lei 14.191/2021** (Brasil, 2021), que estabelece diretrizes para a educação bilíngue de surdos, reconhecendo a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como língua de instrução e garantindo o acesso dos estudantes surdos a uma educação de qualidade e em consonância com suas necessidades linguísticas e culturais.

Um novo Plano Nacional de Educação está em planejamento. Esse Plano irá determinar as diretrizes, metas e estratégias para a política educacional nos próximos 10 anos, para o período de 2024 a 2034.

2.3.1.2 Lei nº 14191/2021

A **Lei n.14.191/2021** (Brasil, 2021) altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos.

A referida Lei é um dos resultados do PNE 2014-2024 (Brasil, 2014) e estabelece, de forma oficial, a modalidade de educação bilíngue de surdos, na qual a Língua Brasileira de Sinais (Libras) é a primeira língua dos surdos e o português escrito é a segunda.

De acordo com essa Lei, a educação bilíngue deverá ser oferecida em escolas bilíngues, classes bilíngues, escolas comuns ou polos de educação bilíngue. Assegura também o apoio educacional especializado para atender às necessidades linguísticas dos estudantes surdos, desde a educação infantil até a vida adulta. Os sistemas de ensino devem assegurar materiais didáticos e professores bilíngues qualificados. Além disso, a lei visa recuperar a história e a identidade dos surdos, promover o acesso a conhecimentos científicos e técnicos, fortalecer a cultura surda e a Libras, e oferecer programas de formação e assistência estudantil aos alunos surdos na educação superior.

Veja a seguir as alterações na LDB promovidas pela Lei n.14.191/2021:

CAPÍTULO V-A DA EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS

Art. 60-A. Entende-se por educação bilíngue de surdos, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida em Língua Brasileira de Sinais (Libras), como primeira língua, e em português escrito, como segunda língua, em escolas bilíngues de surdos, classes bilíngues de surdos, escolas comuns ou em polos de educação bilíngue de surdos, para educandos surdos, surdocegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas, optantes pela modalidade de educação bilíngue de surdos.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio educacional especializado, como o atendimento educacional especializado bilíngue, para atender às especificidades linguísticas dos estudantes surdos.

§ 2º A oferta de educação bilíngue de surdos terá início ao zero ano, na educação infantil, e se estenderá ao longo da vida.

§ 3º O disposto no caput deste artigo será efetivado sem prejuízo das prerrogativas de matrícula em escolas e classes regulares, de acordo com o que decidir o estudante ou, no que couber, seus pais ou responsáveis, e das garantias previstas na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), que incluem, para os surdos oralizados, o acesso a tecnologias assistivas.

Art. 60-B. Além do disposto no art. 59 desta Lei, os sistemas de ensino assegurarão aos educandos surdos, surdocegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas materiais didáticos e professores bilíngues com formação e especialização adequadas, em nível superior.

Parágrafo único. Nos processos de contratação e de avaliação periódica dos professores a que se refere o caput deste artigo serão ouvidas as entidades representativas das pessoas surdas.

[...]

Art. 79- C. A União apoiará técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento da educação bilíngue e intercultural às comunidades surdas, com desenvolvimento de programas integrados de ensino e pesquisa.

§ 1º Os programas serão planejados com participação das comunidades surdas, de instituições de ensino superior e de entidades representativas das pessoas surdas.

§ 2º Os programas a que se refere este artigo, incluídos no Plano Nacional de Educação, terão os seguintes objetivos:

I - fortalecer as práticas socioculturais dos surdos e a Língua Brasileira de Sinais;

II - manter programas de formação de pessoal especializado, destinados à educação bilíngue escolar dos surdos, surdocegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas;

III - desenvolver currículos, métodos, formação e programas específicos, neles incluídos os conteúdos culturais correspondentes aos surdos;

IV - elaborar e publicar sistematicamente material didático bilíngue, específico e diferenciado.

§ 3º Na educação superior, sem prejuízo de outras ações, o atendimento aos estudantes surdos, surdocegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas efetivar-se-á mediante a oferta de ensino bilíngue e de assistência estudantil, assim como de estímulo à pesquisa e desenvolvimento de programas especiais.



LEMBRETE

Todo o conteúdo deste módulo está disponível em Libras.



Clique aqui para
conteúdo em Libras

2.3.1.3 Avanços e retrocessos

A aprovação das leis que tratam da educação bilíngue para surdos representa um avanço no atendimento às reivindicações da comunidade surda.

No entanto, a implementação dessas políticas enfrenta diversos desafios que representam retrocessos na garantia de uma educação bilíngue efetiva. A falta de profissionais qualificados, como professores das diferentes áreas proficientes em Libras, intérpretes educacionais, bem como a resistência de instituições e redes de ensino em adotar a modalidade bilíngue (Libras-Português) compromete a qualidade da educação oferecida aos surdos.

Além disso, cortes orçamentários e mudanças nas prioridades políticas podem enfraquecer as iniciativas e/ou impedir a implementação das políticas planejadas nos documentos oficiais. Esses obstáculos evidenciam a necessidade de um compromisso contínuo e reforçado por parte do governo e da sociedade para assegurar os direitos educacionais dos estudantes surdos.

3. Elementos pedagógicos orientadores da educação bilíngue de surdos

Você já estudou que um dos eixos estruturantes da Educação Bilíngue de surdos é o pedagógico. Esse eixo ainda carece de fortalecimento, através de estudos acadêmicos e de práticas pedagógicas para ampliar a utilização da língua de sinais no campo educacional.

Nesta perspectiva, Bär (2019), destaca alguns elementos pedagógicos que devem ser considerados nas práticas pedagógicas e na elaboração dos currículos relacionados à modalidade de educação bilíngue de surdos.

Vejamos a seguir alguns deles.

3.1 Visualidade

Para iniciar, precisamos pontuar o que compreendemos como visualidade no contexto da educação bilíngue. Para isso, recorreremos à explicação de Skliar (2013, p. 28), segundo a qual a experiência visual implica "que todos os mecanismos de processamento da informação, e todas as formas de compreender o universo em seu entorno se constroem como experiência visual". Dessa maneira a experiência visual dos surdos abrange mais do que apenas a língua de sinais, pois toda a compreensão de mundo ocorre de forma visual.

Bär (2019, p. 207) afirma que essa compreensão ampliada acerca da experiência visual dos surdos, quando transposta para as práticas pedagógicas, "poderia ser um passo além da visão restritiva da língua de sinais como mero recurso de apoio didático focado na perda auditiva". Vejamos o que Campello (2007) nos diz sobre essa temática:

Essa experiência pode ser evidenciada nos complexos comunicacionais dos seres humanos em geral. Analisemos nas artes gráficas, por exemplo, uma evolução da tecnologia em desenvolver ferramentas que pudessem representar, de forma adequada, a tridimensionalidade das expressões corporais, faciais e sinestésicas empregadas nas histórias em quadrinhos. Tomemos como representante dessa categoria as criações de Walt Disney. As personagens não só usam a língua oral, mas também fazem uso de uma infinidade de recursos extralinguísticos e, provavelmente, sem esse uso de expressões faciais e corporais, Walt Disney não tivesse o reconhecimento que tem até hoje. No entanto, essa "experiência visual" não foi teorizada e nem considerada por inúmeras e infundáveis pesquisas que se ativeram na investigação da língua em si mesma, desconsiderando seu uso e o contexto comunicativo em que ela se amalgama. É, a partir da influência da "cultura visual" que faz parte da visão e conhecimento de mundo, da mudez, do silêncio do ser "não-escutante", mas do ser "expressante" que novos rumos são postos às pesquisas das línguas humanas, em geral. O fato de que o ser humano se vale de uma infinidade de recursos visuais para dar sentido ao que quer "dizer" nos remete à capacidade do surdo em se valer desses recursos para legitimar uma língua e sua cultura e essa capacidade nos faz repensar o que foi posto de lado pelos positivistas que impuseram uma supervalorização da audição e da fala dos "não-surdos" (CAMPELLO, 2007, p. 137).

No entanto, alguns fatores dificultam o uso apropriado e efetivo dos elementos visuais em contextos de aprendizagem, de modo geral e, de modo mais específico, na educação bilíngue. Isso pode estar relacionado às fragilidades conceituais no que se refere ao conceito de visualidade. No contexto da educação de surdos, muitas vezes se confunde a visualidade com estratégias imagéticas que pouco contribuem para a aquisição dos conceitos tratados. A imagem estática assume um papel meramente alegórico e ilustrativo.

Por outro lado, diferentes autores (Marshark, 2017; Nóbrega, 2015) têm afirmado a necessidade de maiores estudos acerca da relação entre surdos, visualidade e aprendizagem. A visualidade não seria uma característica ou habilidade inerente ao sujeito surdo, mas algo que também precisa ser aprendida e, para isso, trabalhada nos contextos pedagógicos.

3.1.1 Estratégias visuais para o trabalho pedagógico na educação bilíngue

Em algumas situações, as estratégias visuais não são utilizadas na educação pois são desconhecidas pelos professores. Então, vamos conhecer algumas delas, para que você possa utilizá-las sempre que considerar necessário.

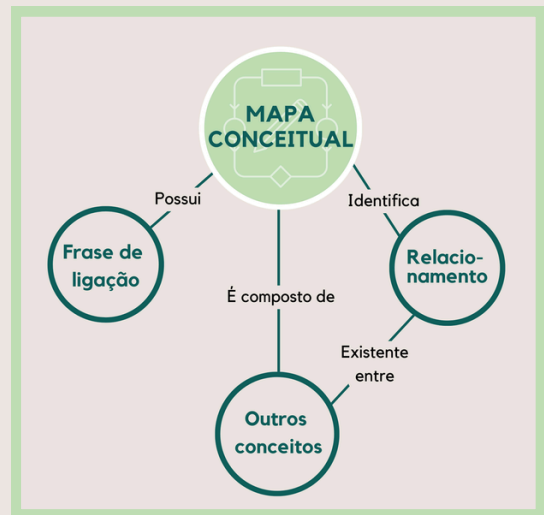


Mapas mentais: São representações visuais que partem de uma ideia central e se expandem em uma árvore de conceitos relacionados, usando frases curtas, palavras e imagens de forma livre.

Imagine que estamos estudando a Revolução Industrial na aula de História. Para criar um mapa mental, começamos com a ideia central "Revolução Industrial" e, em seguida, ramificamos para diferentes

subtemas, como "Máquina a Vapor", "Urbanização", "Condições de Trabalho" e assim por diante. Cada subtema pode ter ramificações adicionais, como "Máquina a Vapor" levando à "Invenção" e "Impacto na Produção". Podemos usar cores, imagens e símbolos para destacar e conectar as ideias.

Mapa Conceitual: Possuem uma estrutura mais definida, representando as relações entre os conceitos. Cada conceito é encerrado em uma forma geométrica, como uma elipse ou retângulo, e as conexões entre eles são indicadas por setas com legendas que expressam o tipo de relação, como "faz parte de", "é um tipo de", "pode ser feito com", entre outras, denominadas de frases de ligação.



Continuando com o exemplo da Revolução Industrial, vamos entender como criar um mapa conceitual. Aqui, teremos os principais conceitos representados em formas geométricas, como círculos ou retângulos. "Revolução Industrial" seria o conceito central. Então, teríamos outros conceitos conectados a ele (conceitos derivados), como "Máquina a Vapor", "Urbanização" e "Condições de Trabalho". As conexões entre os conceitos seriam mostradas por setas com legendas, como "causou", "levou a", "resultou em" (frases de ligação). Por exemplo, uma seta de "Máquina a Vapor" para "Impacto na Produção" pode ter a legenda "causou".

Tanto os mapas mentais quanto os mapas conceituais podem ser utilizados como instrumentos de avaliação da aprendizagem na educação bilíngue, nas diferentes áreas curriculares. Isso tem especial importância se considerarmos as características do português como segunda língua e a dificuldade que alguns alunos surdos podem ter no uso do Português, em razão dos diferentes percursos formativos em sua educação. Dessa forma, é fundamental que outros instrumentos avaliativos possam ser considerados para garantir uma avaliação adequada aos estudantes surdos.



Saiba mais:

No blog *Strytegy* você encontra ideias e sugestões para elaborar mapas mentais e mapas conceituais.



Acessar o blog



O artigo Mapas conceituais e aprendizagem significativa, de Marco Antonio Moreira, traz exemplos e explica como elaborar mapas conceituais.



Acessar Mapas conceituais e aprendizagem significativa

O material didático Aprendizagem significativa em mapas conceituais, do autor Marco Antonio Moreira, organizado em 2013 para apoio aos professores de física também explica sobre mapas conceituais e traz exemplos de como organizá-los.

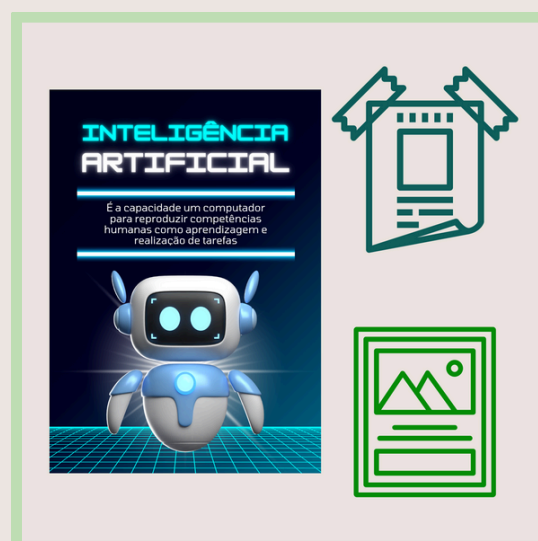


Acessar Aprendizagem significativa em mapas conceituais



Gráficos: Contribuem para representar informações visualmente, o que facilita a compreensão de padrões e tendências, além de tornar conceitos abstratos mais tangíveis, como aqueles encontrados em disciplinas como matemática ou ciências. Além disso, eles também servem como um estímulo visual, capturando a atenção dos alunos e incentivando sua participação ativa por meio de uma variedade de elementos visuais, como cores, formas e padrões.

Cartazes: podem conter imagens, cores vibrantes e texto conciso, tornando-os acessíveis e atrativos para os alunos surdos. Por exemplo, um cartaz sobre segurança no laboratório de ciências pode incluir ilustrações claras de procedimentos de segurança, acompanhadas de texto explicativo simples e direto. Os cartazes também podem ser elaborados pelos próprios estudantes, de modo a estimular e sistematizar a aprendizagem de forma ativa.

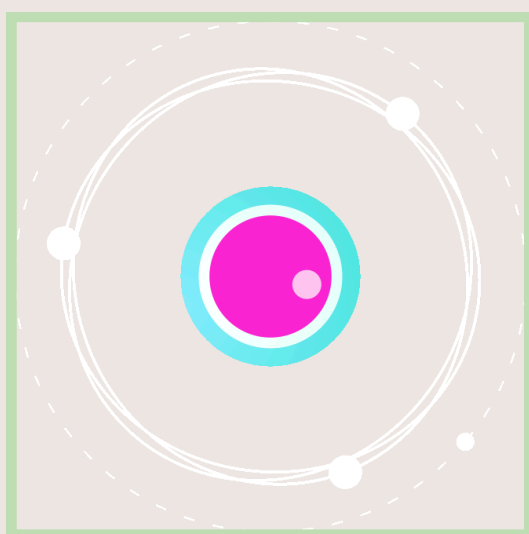




Apresentações visuais:

Utilizar apresentações de slides com imagens, diagramas e vídeos pode ajudar os alunos surdos a compreenderem melhor o conteúdo.

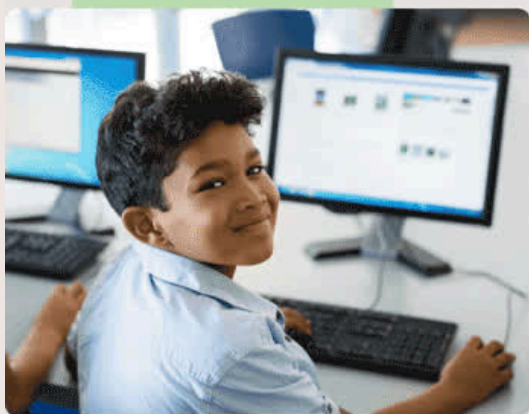
Flashcards: Estimular o uso de flashcards com palavras-chave, conceitos ou figuras relacionadas ao conteúdo da aula é uma maneira eficaz de ajudar os alunos a memorizar informações e conceitos importantes.



Animações: Podem ser utilizadas para explicar conceitos complexos em disciplinas como ciências ou matemática, de forma lúdica e visualmente atrativa. Por exemplo, uma animação pode demonstrar o funcionamento de uma reação química ou os princípios da geometria, com legendas em ambos os idiomas.

E, nessa linha, poderíamos explorar muitos outros recursos visuais nos mais diversos contextos pedagógicos da educação bilíngue:

RECURSOS VISUAIS



Socialize!

Você já experimentou ou já vivenciou, na educação bilíngue de surdos, alguma dessas estratégias visuais que foram apresentadas?

Compartilhe com os colegas a sua experiência ou então, sugira alguma outra estratégia visual que você conheça e que não tenha sido contemplada.

3.2 Registro e avaliação

Os processos de registro e avaliação são elementos pedagógicos importantes quando tratamos da educação em geral. Na educação bilíngue, tais processos ganham novos contornos, interpelando os profissionais a levar em consideração as características das línguas e das formas de aprendizagem envolvidas. Apesar disso, se observarmos o plano legal, ainda há poucas menções ou orientações acerca da sistematização desses processos no âmbito das práticas pedagógicas.

Vamos procurar apresentar algumas reflexões e possibilidades ao longo deste tópico.

Iniciemos refletindo sobre os processos de registro. Em contextos de ensino e aprendizagem envolvendo a modalidade linguística visuoespacial, exige-se do estudante atenção visual direta no interlocutor usuário da língua de sinais, inviabilizando o registro simultâneo em português. Isso implica “na necessidade de organização de tempos específicos para o registro da aprendizagem” (Bär, 2009, p. 215).

Além de tempos específicos, o planejamento pedagógico deverá considerar a necessidade de instrumentos específicos voltados para o registro em vídeo no caso da língua de sinais. Para os registros em língua portuguesa, deve-se levar em consideração as implicações do uso do português como segunda língua, além de lançar mão de recursos de visualidade, a exemplo dos que citamos no tópico anterior.

Acerca da avaliação na educação de surdos, o Decreto nº 5626/2005 indica que cabe às instituições de ensino:

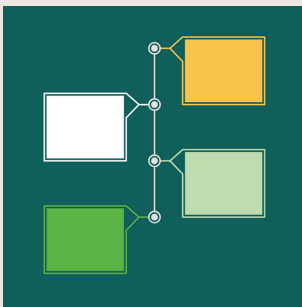
VI - adotar mecanismos de avaliação coerentes com aprendizado de segunda língua, na correção das provas escritas, valorizando o aspecto semântico e reconhecendo a singularidade linguística manifestada no aspecto formal da Língua Portuguesa.

VII - desenvolver e adotar mecanismos alternativos para a avaliação de conhecimentos expressos em Libras, desde que devidamente registrados em vídeo ou em outros meios eletrônicos e tecnológicos (Brasil, 2005).

Percebemos que na legislação citada a avaliação está predominantemente focada na mensuração da aprendizagem, o que é crucial. No entanto, é igualmente relevante considerar o papel da avaliação como uma ferramenta formativa e processual para analisar os processos de ensino e aprendizagem. É nesse ponto que o registro e a avaliação se entrelaçam.

Enquanto o **registro** permite a organização do aprendizado pelo aluno e a observação e coleta sistemática de informações sobre suas experiências e condições de aprendizagem pelo professor, a **avaliação processual** contribui para a análise desses registros, visando compreender o progresso a fim de planejar atividades futuras.

Os recursos visuais desempenham um papel estratégico no registro da aprendizagem dos estudantes surdos, pois oferecem suporte à compreensão e à expressão visual da informação. Vamos pensar em alguns exemplos, inclusive remetendo a alguns dos recursos que citamos no tópico anterior.



Infográficos: Podem ser utilizados para explicar processos científicos, como o ciclo da água ou a cadeia alimentar, ou para apresentar dados históricos, como as etapas de uma revolução. Por exemplo, um infográfico sobre a anatomia humana pode mostrar o sistema respiratório em detalhes.



Histórias em Quadrinhos: podem ser utilizadas como estratégia de registro para narrar eventos históricos, biografias de personalidades importantes ou mesmo para criar histórias ficcionais que explorem temas relevantes. Por exemplo, uma história em quadrinhos pode contar a vida de um cientista relevante e suas descobertas, com diálogos em língua de sinais escrita e em português.



Encenações Teatrais: Permitem a exploração de obras literárias, momentos históricos ou situações cotidianas de forma dinâmica e participativa, a exemplo de uma peça sobre os direitos humanos.



Fotografia: Pode ser utilizada para documentar projetos de pesquisa, expedições de campo ou para criar ensaios visuais que abordam questões sociais, ambientais ou culturais, por exemplo. Os recursos e estratégias citados anteriormente possuem caráter de sugestões. É claro que cada nível de ensino, grupamento, área ou característica da turma dará oportunidade a distintas abordagens.

3.3 Desenvolvimento linguístico e letramento

Estamos tratando do desenvolvimento linguístico e do letramento como elementos pedagógicos da educação bilíngue porque, além de compreendermos teoricamente esses temas e seus papéis na educação de surdos, é fundamental considerá-los também na elaboração de estratégias didático-pedagógicas.

Na linha das discussões propostas por Soares (2006), Kleiman (2012) e Cerutti-Rizzatti (2012), retomados por Bär (2019), o letramento é aqui compreendido para além do domínio do código escrito, como a apropriação da leitura, escrita e das práticas sociais envolvidas. Com isso, extrapola as habilidades individuais, incluindo a inserção e inter-relação dos indivíduos em contextos sociais e culturais, alinhando-se à ideia de leitura de mundo, proposta por Paulo Freire. Isso implica que os indivíduos se envolvam com o mundo escrito antes e depois da alfabetização, uma vez que vivenciam espaços culturais e sociais onde a palavra escrita tem significados diversos.

O letramento na educação bilíngue está intimamente ligado ao desenvolvimento linguístico em segunda língua. Durante o percurso educacional, os estudantes surdos estarão aprimorando sua proficiência no português escrito. Isso significa que o desenvolvimento linguístico, o letramento e as habilidades na segunda língua devem ser abordados de forma abrangente e transversal em todas as áreas de conhecimento.

Dessa maneira, será fundamental que no planejamento docente se leve em consideração:

- Estimular a expressão escrita do estudante.
- Considerar as características da segunda língua e priorizar, nas avaliações, o aspecto semântico, mais que o ortográfico e sintático.
- Não simplificar a estrutura da língua, omitindo preposições ou artigos ou usando o verbo somente no infinitivo (espelhando a Libras).
- Aliar à Libras como língua de instrução o registro em português para conceitos novos, nomes específicos, nomes próprios, etc.

- Fazer uso de gêneros textuais - cartilha, bilhete, e-mail, diários, etc, para estimular a expressão e uso social da língua.
- Estimular a criação de glossários didáticos (em Libras e Português) para os conceitos principais das áreas de conhecimento, especialmente para aqueles que ainda não possuem sinais em Libras.



Saiba mais:

Conheça o E-book Fundamentos teórico-metodológicos da educação de surdos, organizado pelas professoras Gabriele Vieira Neves, Bruna Crescêncio Neves e Simone Gonçalves de Lima da Silva.

O livro está organizado em três capítulos e traz informações para repensar a prática docente na educação de surdos. Nele você encontrará não apenas textos, mas também vídeos, como forma de tornar os conteúdos acessíveis em Libras.



Fundamentos teórico-metodológicos da educação de surdos

Considerações finais

Ao longo deste estudo você teve oportunidade de compreender um pouco mais sobre os fundamentos da modalidade de educação bilíngue de surdos. Para isso, estudamos os eixos estruturantes da área - o Eixo político, o Eixo linguístico e o Eixo Pedagógico, procurando colocar em evidência as distintas forças, complexidades e desafios inerentes a ela.

Na sequência, aprofundamos o entendimento das políticas linguísticas e educacionais relacionadas à educação bilíngue de surdos, destacando a interconexão entre essas políticas e as legislações sobre a modalidade. Isso implica que a educação bilíngue não pode ser analisada de forma isolada, mas sim como parte integrante de todas as políticas educacionais de forma geral. Além disso, no âmbito específico, ela também é influenciada pelas políticas da área da educação especial, considerando que o público surdo é um dos principais beneficiários dessa modalidade. Além disso, é relevante destacar que a transversalidade da educação bilíngue implica também na sua integração em todas as etapas e modalidades de ensino, bem como em todas as áreas do conhecimento.

Apesar dos avanços legais, a implementação efetiva da educação bilíngue de surdos ainda enfrenta desafios, como a formação de professores capacitados em Libras e língua portuguesa, a produção de materiais didáticos adequados e a garantia de acessibilidade nos ambientes escolares.

Ao longo deste material didático, discutimos e apresentamos algumas estratégias e elementos pedagógicos que devem compor o trabalho na modalidade de educação bilíngue. Entre eles estão a visualidade, os aspectos de letramento e desenvolvimento linguístico, e as especificidades do registro e da avaliação.

Convidamos você a continuar aprofundando as discussões aqui iniciadas. Explore cada um dos temas abordados, aplique as estratégias pedagógicas apresentadas e adapte-as às necessidades específicas dos estudantes surdos em seu contexto educacional. Estamos ansiosos para ver como você aplicará esse conhecimento em sua jornada educacional.

Referências

ASSIS SILVA, Cesar Augusto de. **Cultura Surda: Agentes Religiosos e a Construção de uma Identidade**. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.

BÄR, Eliana Cristina. **Licenciaturas em Pedagogia Bilingue (libras-português): aspectos políticos, linguísticos e pedagógicos e as apropriações das bases teórico-conceituais da pedagogia**. 2019. 343f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2019.

BÄR, Eliana Cristina; SÍGOLO RODRIGUES, Cássia; SOUZA, Regina Maria de. Quando a política linguística se funda na noção de deficiência: circularidade nos textos das leis e a ilusão da garantia de direitos linguísticos. **Revista Digital de Políticas Linguísticas**, n.10, v.10, p.103-125, nov.2018. Disponível em: <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/RDPL/article/view/22194>. Acesso em: 12 jul. 2024.

BRASIL. **Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 25 jun. 2024.

BRASIL. **Decreto n. 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 25 jun. 2024.

BRASIL. **Glossário da educação especial: Censo Escolar 2022**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Brasília, DF: Inep, 2022.

BRASIL. **Lei n.8.213, de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm. Acesso em: 25 jun. 2024.

BRASIL. **Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm. Acesso em: 25 jun. 2024.

BRASIL. **Lei n.9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 25 jun. 2024.

BRASIL. **Lei n.10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 25 jun. 2024.

BRASIL. **Lei n.13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 25 jun. 2024.

BRASIL. **Lei n.13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 25 jun. 2024.

BRASIL. **Lei n.14.191, de 3 de agosto de 2021.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14191.htm. Acesso em: 25 jun. 2024.

BRITO, Fábio Bezerra de. **O movimento social surdo e a campanha pela oficialização da língua brasileira de sinais.** 2013. 275f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

CAMPELLO, Ana Regina. Pedagogia visual/Sinal na educação dos Surdos. In: QUADROS, Ronice Müller; PERLIN, Gladis (Orgs.). **Estudos Surdos II.** Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2007. p. 100-131.

FERREIRA-BRITO, Lucinda. Integração social do surdo. **Trabalhos em Linguística Aplicada,** Campinas, SP, v. 7, 2012. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8639021>. Acesso em: 25 jun. 2024.

FERREIRA-BRITO, Lucinda. **Integração social e educação de surdos**. Rio de Janeiro: Babel, 1993.

FERREIRA-BRITO, Lucinda. **Por uma gramática de Língua de Sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

MACHADO, Paulo Cesar. **Educação Bilingue (Libras-Língua Portuguesa) narrativas dos professores surdos: questões curriculares**. Curitiba: Appris, 2023.

MARSCHARK, Marc et al. Don't Assume Deaf Students are Visual Learners. **Journal of Developmental and Physical Disabilities**. v.29, n.1, p.153-171, fev. 2017. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10882-016-9494-0>. Acesso em: 12 jul. 2024.

NÓBREGA, Ana Maria Zulema Pinto Cabral da. **Libras, prá que te quero?: a apropriação dos multiletramentos por alunos surdos do Letras/Libras**. 2015. 131 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem) - Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2015.

QUADROS, Ronice Müller de; RATHMANN, Christian.; MESCH, Johanna.; SILVA, Jair Barbosa da. Documentação de língua de sinais. **Dossiê**. Forum lingüístic, Florianópolis, v.17, n.4, p.5444 -5456, out./dez.2020. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/77336/45482>. Acesso em: 25 jun. 2024.

SKLIAR, Carlos (org.) **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. 6.ed. Porto Alegre: Mediação, 2013.

STOKOE, W.C. Sign language structure: An outline of the communication systems of the American deaf. **Studies in Linguistics: Occasional Papers**, v. 8. Buffalo, NY: Department of Anthropology and Linguistics, University of Buffalo, 1960.

Ficha técnica

Conteúdo

Eliana Cristina Bär

Design instrucional

Caroline Lengert

Design gráfico

Daniel Mazon da Silva

Jennifer Patricio Candido

Equipe de Tradução

Tradutores Surdos

Gabriel Finamore de Oliveira

Paulo Ricardo Campos

Simone Gonçalves de Lima da Silva

Tradutores Ouvintes

Saionara Figueiredo Santos

Tatiane da Silva Campos

Edição de Vídeo

Andres Leonardo Salas Garces

Lincoln Santos da Rosa

Revisão Textual

Ana Paula Flores



EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS: LITERATURA, VISUALIDADE E LUDICIDADE



MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

